



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	103
Rubrica	

Processo nº 24421/2022

PARECER GPG N.º 959/PGM/2022
RECURSO – PREGÃO PRESENCIAL
N.º 16/2022 - SRP
ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 30/12/2022

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de Recurso ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2022-SRP, que tem por objeto o registro de preços para manutenção preventiva e corretiva em unidades administrativas e escolares da Secretaria de Educação.

Em suma, a recorrente (A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA) manifesta seu inconformismo em razão de sua inabilitação no certame, procedidas pelas seguintes razões no curso da licitação (fls. 08/28):

- a) Não ter atingido o percentual de qualificação técnica exigido no edital;
- b) Não possuir engenheiro mecânico, exigência considerada como excessiva pela Recorrente;

Às fls. 43/58, consta contrarrazões (PERFIL X CONSTRUTORA S.A), a aduzir os seguintes argumentos:

- a) A recorrente teria sido devidamente inabilitada por não atender aos itens C.2.1 (capacitação técnico-operacional) e b.2.3 (qualificação econômico-financeira);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	104
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

- b) A recorrente não possuiria engenheiro mecânico; não teria apresentado atestado de manutenção preventiva de ar-condicionado; os profissionais e atestados apresentados não possuiriam registros no CRT; não haveria comprovação de serviços contínuos anteriormente realizados de 01 ano;

Por sua vez, a CPL afirma ter atendido aos regramentos especificados em edital, alertando ainda que dados inconformismos com as disposições consignadas no instrumento convocatório deveriam ter sido previamente impugnadas. Aduz ainda que os regramentos dizem respeito a matérias técnicas atribuídas à análise da Secretaria Requisitante.

É o relatório.

II – DA ANÁLISE

De início, cumpre-nos relatar as matérias discutidas pelo Recorrente tratam de teor atinente ao texto editalício, uma vez que a Recorrente se opõe a item constante da qualificação econômico-financeira e da qualificação técnica do instrumento convocatório.

Sobre o assunto, incumbe-nos relatar que, não obstante tratar-se inegavelmente de matérias as quais deveriam ser objeto de impugnação, não se evidenciam impeditivos à sua reapreciação pela Administração Pública, em apreço ao princípio de legalidade (art. 37, *caput*, CF) e aututela, nos termos das Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal¹.

¹ "A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" (Súmula 346).

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial" (Súmula 473)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	105
Rubrica	

Feitas as devidas considerações, no que pertine à qualificação econômica-financeira, a Recorrente reivindica o disposto no item b.2.3 do edital, a exigir “Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação”.

Quanto ao tema, há julgados do Tribunal de Contas da União a subsidiar a ulterior decisão final da Secretaria Requisitante, que abaixo colacionamos:

“A exigência de capital circulante líquido (CCL) mínimo de 16,66% do valor estimado da contratação, prevista no art. 19, inciso XXIV, alínea b, da IN SLTI 2/2008, é adequada apenas nas licitações destinadas a serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. As licitações para contratos por escopo devem adotar critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados de CCL, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, devendo constar justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório. Representação formulada por empresa licitante questionara possível restrição à competitividade em pregão eletrônico promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), destinado à contratação da terraplenagem das obras do Novo Centro de Processamento Final de Vacinas de Bio-Manguinhos, no Município do Rio de Janeiro/RJ. A representante insurgiu-se contra a exigência de comprovação de capital circulante líquido (CCL) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, entendendo que seria cabível proporcionalizar tal exigência em face do valor anual do contrato, visto que o prazo previsto para execução dos serviços é de quinze meses. Realizadas as oitivas regimentais, a Fiocruz, entre outros argumentos, aduziu que “o art. 31 da Lei de Licitações e Contratos permite que a Administração Pública exija a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	106
Rubrica	

demonstração da boa condição financeira e técnica dos licitantes, bem como ser inquestionável a aplicação da IN SLTI 2/2008 ao caso em questão, enquadrado pela entidade como serviço comum de engenharia”. Analisando o ponto, anotou o relator inicialmente que “remansosa jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que os índices contábeis adotados no procedimento licitatório devem ser justificados adequadamente no âmbito do respectivo processo e que somente devem ser exigidos em nível suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações”.

Quanto à aplicabilidade da IN SLTI 2/2008 ao caso em questão, enfatizou o relator que “o objeto licitado não pode ser tratado como serviço de engenharia, e sim como obra”. Nessa linha, anuiu o relator à manifestação apresentada pela empresa contratada, no sentido de que “diferentemente do que ocorre com os contratos de serviços continuados, nos quais a aferição da qualificação financeira é realizada conforme cada período renovável da contratação, nos contratos não continuados essa avaliação deve ser realizada de acordo com o período total previsto para consecução dos objetivos delineados no ajuste e, por consequência, com o valor total envolvido, sob pena de distorção dos critérios disponíveis para averiguação da saúde financeira dos particulares”. E, nesse sentido, o “percentual exigido de CCL pode ser restritivo em objetos de grande vulto e, ao contrário, se demonstrar insuficiente nos objetos executados em menor prazo”.

Assim, reiterou, “a regra de 16,66% de CCL disposta na IN SLTI 2/2008 é adequada apenas aos serviços continuados”. Nos contratos por escopo, prosseguiu, “o percentual de exigência de CCL deve ser estabelecido caso a caso, conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tornando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório”. Nesses termos, e considerando outras irregularidades apuradas nos autos, julgou o Plenário parcialmente procedente a Representação, dando ciência à Fiocruz da irregularidade apurada e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	107
Rubrica	

determinando que “em futuros certames licitatórios, observe que a exigência capital circulante mínimo (CCL) de 16,66% é adequada apenas aos serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo cabível, nos demais contratos por escopo, a adoção de critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados de CCL, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tornando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório”.

(Acórdão 592/2016 Plenário, Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler).

“1.7.2.2. exigência, para fins de habilitação econômico-financeira, de capital circulante líquido de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, que, segundo o Acórdão 592/2016-TCU-Plenário, somente é adequada aos serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo cabível, nos demais contratos por escopo, a adoção de critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados de CCL, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tornando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório”

(Acórdão 2763 – Plenário)

1.6. Dar ciência à Fundação Universidade do Amazonas, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no pregão 354/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	108
Rubrica	

1.6.1. estabelecer regra no item 9.10.5.1 do Edital que exige que os participantes possuam Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para contratação, para fins de qualificação econômico financeira das empresas no certame, **considerando que os serviços contratados não contemplam dedicação exclusiva de mão de obra, devendo, portanto, ser devidamente justificada tal exigência no processo administrativo da licitação, a se verificar no caso concreto, demonstrando ter sido estabelecida considerando as peculiaridades do objeto e principalmente defendendo o percentual adotado**, conforme item 11.2 do Anexo VII-A da Instrução Normativa 5/Seges/MP, de 26/5/2017, e a jurisprudência deste Tribunal presente nos Acórdão 1712/2015-TCU-Plenário e 592/2016- Plenário, relatados pelo Ministro Benjamin Zymler, e 8.982/2020-1ª Câmara, relatado pelo Ministro Weder de Oliveira, sendo que a exigência possui o condão de restringir a competitividade, por afastar potenciais interessados em participar do certame, em afronta ao inc. I do §1º do art. 3º da Lei 8.666/1993 e caput do art. 2º do Decreto 10.024/2019 (princípio da competitividade) , com potencial de dano ao erário.
(Acórdão 1420/2022 – Plenário – Rel. Augusto Sherman).

Destacamos ainda a disposição constante na Instrução Normativa nº 05/2017:

“11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	109
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

- b) **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante)** de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:
- d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	110
Rubrica	

extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.2. Nas contratações de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra e dos serviços não continuados ou por escopo poderão ser adotados critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tornando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório, na forma do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Assim sendo, constata-se que o percentual de 16,66% do valor estimado da contratação é exigido apenas nas licitações destinadas a serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, ao passo que nas contratações de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra e dos serviços não continuados ou por escopo é salutar que a Administração Pública preze por requisitos em harmonia com as peculiaridades do objeto, sendo necessária a devida justificativa do percentual adotado no curso do processo administrativo.

No que tange à qualificação técnica, continuamente reiteramos que as exigências em Edital necessitam assegurar a aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação. Para tanto, deverão possuir respaldo em lei e se evidenciar como indispensáveis ao cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o ente contratante.

Diante disso, é necessária a devida proporcionalidade nas exigências previamente estabelecidas, a fim de que não se restrinja a competitividade do certame.

A esse respeito, esta Especializada sempre ressalta que a capacidade técnico-operacional não admite exigências excessivas, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a cinquenta por cento dos quantitativos a executar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório (TCU, Acórdão 2924/2019 – Plenário).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	111
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Sobre a indicação das parcelas de maior relevância, é necessário destacar que, **salvo justificativa técnica razoável e devidamente fundamentada, não se pode exigir que a experiência prévia seja idêntica ao objeto licitado**, em apreço ao preceito de competitividade.

Outrossim, em apreço à devida análise pela Secretaria Requisitante, destacamos abaixo precedentes do Tribunal de Contas da União, a elucidar sobre a verificação das parcelas de maior relevância, **de modo que sugerimos a sua leitura e necessária verificação pelo órgão técnico se as exigências retratadas estão plenamente atendidas:**

“(...) 3. Com efeito, o item 8.1.2 do edital assinala que somente poderão participar da licitação empresas devidamente registradas no CREA, nos ramos da Engenharia Civil (subitem 8.1.2.1) e da Engenharia Elétrica (subitem 8.1.2.2). **No entanto, a parte elétrica do objeto do certame representa menos de 6% (seis por cento) do valor estimado da contratação, incluindo todo o fornecimento dos materiais.** 4. Outrossim, no que tange à apresentação de atestados para fim de comprovação da qualificação técnica da licitante, figura no edital, em seu subitem 11.1.3.1, justamente a realização de “obra em instalação elétrica” como sendo um dos fatores de maior relevância. 5. **Da leitura do edital e de seus anexos, não se observa, de fato, relevância na parcela da obra que exija que a empresa seja especializada em engenharia elétrica. Como bem asseverou a unidade técnica, “não se vê fundamento técnico, nem relevância financeira**, para essa estratificação apresentada no item 11.1.3.1 do Edital nº 01/2011/PROAD, onde constam 6 (seis) fatores de maior relevância, dentre eles, por exemplo: ‘V. - obra em instalação elétrica’. Isso porque, por um lado, o Coordenador não conseguiu justificar convenientemente e, por outro, porque tanto esse fator quanto aqueles identificados pelos romanos III, IV e VI, estão inseridos no fator ‘I. – obra de construção civil de prédio comercial’.”. (...) Assim sendo, entendo que a presente representação deve ser julgada procedente, com a consequente determinação à entidade para que, caso tenha interesse no prosseguimento do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	112
Rubrica	

certame, promova a exclusão – do instrumento convocatório – das exigências ora inquinadas”.

(Acórdão 3.076/2011, Processo 028.426/2011-8, Representação, rel. Min. José Jorge)

“A exigência de comprovação de experiência anterior, para fins de qualificação técnico-operacional, na prestação de serviços que **não são, simultaneamente, de maior relevância técnica e valor significativo do objeto** viola o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, o art. 14 da Lei 12.462/2011 (RDC) e a Súmula TCU 263”.

Acórdão 2474/2019 Plenário (Pedido de Reexame, Relator Ministro Benjamin Zymler)

“A exigência de atestado de capacitação técnico-profissional ou técnico-operacional deve limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado”.

(Acórdão 1771/2007 Plenário)

“Exigir-se comprovação de capacidade técnica para parcelas de obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, constitui-se clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei no 8.666/1993, e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal”.

Acórdão 170/2007 Plenário

Por conseguinte, destacamos que no curso do Parecer GPG nº 460/PGM/2022 (fl. 1792/1814), fora expressamente indagado por esta Especializada acerca de dadas exigências nos itens C.2, C.3 e C.4 do Edital, consoante abaixo transcrito:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	113
Rubrica	

- No que se refere a exigência do item C.2, apesar da manifestação lançada às fls. 1398/1400, deve ser providenciada a manifestação técnica, corroborada por profissional especializado na área, que justifique se o escopo delineado se coaduna com o objeto em questão, de forma ser imprescindível a exigência dos profissionais de engenharia civil ou arquitetura, engenharia elétrica e mecânica como responsáveis técnicos.

Outrossim, não havendo justificativa técnica suficiente, sugere-se a possibilidade de previsão no que tange a obrigações da contratada.

- No que se refere a exigência do item C.3, nota-se, salvo engano, possível restrição quanto a exigência de atestados de capacidade técnica referente à manutenção corretiva e preventiva especificamente das unidades escolares, sendo necessário manifestação técnica pertinente para manutenção desta no que se relaciona com “unidades escolares”, e não a qualquer unidade predial.

A Secretaria, as fls. 1396/1397 justifica as parcelas de maior relevância que serão exigidas, considerando a maior relevância técnica e valor significativo do objeto, pelo que se responsabiliza.

(...)

- No que se refere a exigência do item C.3, nota-se, salvo engano, possível restrição quanto a exigência de:

- a) Exigência de atestados de no mínimo 34 unidades escolares de forma concomitante, que se justifique através de um profissional técnico a razão da necessidade da comprovação ser necessariamente por meio de “unidades escolares”;

(...)

- No que se refere ao item C.4, nota-se, salvo engano, possível restrição quanto a exigência de atestados de capacidade técnica referente à manutenção corretiva e preventiva especificamente das unidades escolares, sendo necessário manifestação técnica pertinente para manutenção desta no que se relaciona com “unidades escolares”.

A Secretaria, as fls. 1396/1397 justifica as parcelas de maior relevância que serão exigidas, considerando a maior relevância técnica e valor significativo do objeto, pelo que se responsabiliza.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	114
Rubrica	

A esse respeito, a Secretaria de Educação anexa aos autos Estudo Técnico Preliminar (fl. 1815/1893) o qual teria servido de fundamento para a elaboração do Termo de Referência, devidamente subscrito por profissional técnico e pela respectiva Secretária (fl. 1893).

Por conseguinte, consta às fls. 2155/2156 justificativa da Secretaria de Educação para a manutenção das supracitadas exigências no instrumento convocatório, destacando os aspectos abaixo elencados, dentre outros aspectos:

(...) “a exigência de equipe técnica apresentando fundamentos de acordo com cada especialidade para a execução de serviços afetos a áreas de engenharia civil/arquitetura, tais como demolições, arrancamento e recomposição de coberturas, execução de recomposição de estruturas de concreto armado, dentre outros, que tragam riscos aos usuários das unidades escolares” (...)

(...) A exigência de engenheiro mecânico se deve diante da manutenção preventiva e corretiva que será realizada nos sistemas de refrigeração, assim como diante da demanda de instalação e desinstalação de ar-condicionado, que deverão sofrer supervisão técnica, inclusive com a emissão de registro de responsabilidade técnica, conforme regulamentação exarada pelo conselho de engenharia, o que traz transparência e segurança aos serviços executados”;

(...) Quanto à exigência formulada no item C.3, cumpre destacar que a realização de serviços de manutenção em unidades escolares demandam conhecimento e experiência específica, pois deverão atender as normas técnicas vigentes para manutenção em unidades prediais comuns, como também as normas complementares relacionadas as diretrizes técnicas para os serviços executados em unidades escolares, que obedecem padrões regulamentados em manuais de orientações técnicas elaborados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). De certo que a execução



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	115
Rubrica	9

do contrato deverá respeitar as necessidades específicas dos ambientes de aprendizagem, de repouso dos alunos e profissionais, ambientes de higiene, de alimentação escolar, dentre outros, que os diferem da manutenção em uma unidade predial comum”.

Constata-se que Secretaria Requisitante apresentou as suas manifestações técnicas, de modo que se responsabilizam pelas suas decisões e análises, uma vez estarem cientes da toda peculiaridade inerente à execução contratual e as respectivas demandas necessárias à plena consecução do objeto. De nossa parte, incumbe-nos reiterar as temáticas de cunho jurídico já elucidadas nos pareceres desta Especializada, sugerindo ao órgão consulente de que novamente certifique os seus entendimentos previamente abordados, em prol do preceito de legalidade e do regular processamento do feito.

Logo, em se tratando de matéria técnica, deverá a Secretaria de Educação manifestar-se sobre os percentuais e itens exigidos a título de qualificação técnica, uma vez estar devidamente ciente dos pareceres jurídicos deste órgão, com vistas a proferir sua decisão atinente ao presente Recurso.

Destacamos que, especificamente em relação à exigência de engenheiro mecânico, realizamos a leitura da última versão disponibilizada nos autos (fls. 2164/2431) e, salvo engano, não identificamos tal determinação. Por lógico, não é admissível a realização de exigências irrazoáveis, em descompasso e extrapolação ao edital, razão pelo qual deve ser diligenciado o ocorrido e sobremaneira justificado no processo administrativo.

Por todo exposto, a verificação de legalidade dos autos deve perpassar por toda análise ora discorrida por esta Procuradoria.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24421/2022
Data do Início	21/12/2022
Folha	116
Rubrica	

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à Autoridade Competente proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento s.m.j.

À Secretaria de Educação,

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabricio Monteiro Porto

Procurador-Geral do Município